

**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA  
CULTURAL – CMPC BIÊNIO 2016-2018  
ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA**

No dia 31/05/2015 realizou-se em Uberlândia, na Oficina Cultural, a 6ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Política Cultural, biênio 2016-2018. Estiveram presentes os conselheiros titulares e suplentes que assinaram a lista de presença em anexo. Constatada a presença de quórum regimental em segunda chamada, foi dado início à reunião, às 19h, com a presença dos seguintes conselheiros: Priscila Freitas Costa Xavier, Jemerson Carlos, Laís Batista Costa, Marcelo de Sousa Camargo, Beatriz de Macedo Oliveira, Maria Olímpia Mendes, Vasco Luís Guimarães Lobo, Andrielle Barbosa de Paula, Marilene Aparecida Borges, Robisson Albuquerque Mendonça Filho, Vinícius Ruan do Nascimento Soares, Gabriel Caixeta Magalhães, Cristiano Vieira Santos, Cristiane Fátima Lucas da Silva Oliveira, Daniella Aparecida Soares Vilela, Mônica Debs Diniz, Aryadne Cristiny Oliveira Amâncio, Leciane Leandra Medeiros, Rosa Maria Marra Dias, Thais Tormin Porto Arantes, Mirella Olício Guimarães, Alexandre José Molina, Júlio César de Almeida. Além desses conselheiros estiveram presentes membros dos setoriais e representantes da CAS- Comissão de Análise e Seleção de Projetos. Os trabalhos foram conduzidos pelo Presidente Vasco Luís Guimarães Lobo e pela Segunda Secretária, Laís Batista. Foi apresentada a proposta de pauta, com os seguintes pontos: 1- Aprovação da Pauta; 2- Aprovação da ATA da 5ª reunião ordinária CMPC biênio 2016-2018; 3- Aprovação da ATA da 2ª reunião extraordinária; 4- Informes; 5- Balanço do PMIC 2017: projetos enviados e aprovados (por área) e quadro evolutivo dos três últimos anos (2015/2016/2017); 6- Aprovação das Diretrizes e Critérios para a distribuição de verba do PMIC para elaboração do edital 2018; 7- Demonstrativo de aplicação dos recursos do Festival de Dança. No primeiro, segundo e terceiro pontos, a pauta e as atas foram aprovadas pela plenária por unanimidade. Passado ao quarto ponto, alguns conselheiros apresentaram informes à plenária: o conselheiro Júlio César informou da realização da reunião do setorial do conservatório de música com a presença de Mônica Debs; a conselheira Priscila Xavier informou que o setorial de Cultura Afro-Brasileira, Etnia Indígena e Outras Etnias elegeu seus coordenadores e Leocídio da Silva como conselheiro suplente desse setorial; Mônica Debs trouxe informações acerca da realização do Fórum da Promoção da Igualdade Racial; informou ainda que a Secretaria Municipal de Cultura já iniciou o atendimento aos proponentes de projetos PMIC edital 2016 com execução prevista para 2017, tendo em vista orientar os proponentes acerca da readequação do plano de trabalho, do cronograma financeiro dos projetos e outros ajustes para que esses projetos possam receber os recursos a partir do mês de Agosto de 2017; Luciano, membro da CAS, lembrou que não foram empenhados os pagamentos de pró-labore aos membros da CAS pela gestão passada e que a atual gestão decretou no final de Abril de 2016 dívidas não empenhadas em 2016; Luciano ressaltou ainda que os membros da CAS tiveram que pagar uma taxa de R\$16,00 (dezesseis reais) para receber o pró-labore decorrente do serviço desempenhado por eles em 2016. A respeito dessa taxa Luciano conversou com advogados e está procurando defender o direito de que os membros da CAS não paguem por essa taxa. O conselheiro Robson Albuquerque informou sobre a agenda de eventos da literatura apresentando a programação do projeto Noite Literária. A conselheira Daniela Vilela divulgou o evento Roda de Conversa promovido pelo Sesc- Serviço Social do Comércio. O conselheiro Andrielle questionou acerca da divulgação do conteúdo das últimas reuniões do CMPC gravadas em vídeo e compartilhou a intenção de compartilhar ao Setorial de Artes Visuais a transmissão ao vivo das reuniões do CMPC por meio da página desse setorial no facebook. Disney (SMC) responsável pelo registro em vídeo das reuniões do CMPC informou que o conteúdo está disponibilizado no canal do CMPC no site Youtube; ressaltou que se o jurídico da SMC entender que não há problemas na transmissão ao vivo das reuniões pelo canal de comunicação do Setorial de Artes Visuais, isso pode ser feito. Finalizando os informes, eu, enquanto conselheira do Setorial Teatro informei à plenária acerca da oportunidade de que os conselheiros do CMPC têm de integrarem a 2ª turma do Curso de Formação de Conselheiros de Cultura e Patrimônio oferecida pela Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais em parceria com a Utramig. Finalizados os informes, passou-se ao quinto ponto de pauta; Mônica Debs fez a apresentação do balanço de projetos PMIC conforme solicitado na última reunião do CMPC e informou que esse balanço será anexado à esta ata. Acerca da apresentação do balanço Lobo Guimarães ressaltou que este recurso é importante para discussão

do próximo ponto de pauta, principalmente no que diz respeito ao percentual projetos inscritos por área para definir a distribuição de recursos por áreas e categorias. O conselheiro Jemerson Carlos ressaltou a importância de se avaliar os microprojetos não só em termos de quantidades, mas, também em relação a execução desses projetos a fim de avaliar se é uma categoria a ser mantida como questionado em reunião passada. Na sequência passou-se à discussão do sexto ponto de pauta. Lobo Guimarães convidou Ênio Bernardes, conselheiro e primeiro secretário do CMPC biênio 2014-2016, nesta reunião na condição de membro do setorial de música, para que este apresentasse à plenária, pela experiência que teve durante seu trabalho no CMPC, sobre a importância do balanço dos projetos para avaliar e definir os critérios e diretrizes para a elaboração dos próximos editais. Ênio lembrou a importância do balanço de projetos PMIC dos últimos anos que considerou as médias de inscrições por áreas e de como esse estudo foi importante para a definição das diretrizes estabelecidas; as diretrizes e critérios estabelecidos pelo CMPC tiveram o intuito de assegurar a descentralização e o equilíbrio da distribuição dos recursos por áreas e elos da cadeia produtiva segundo a demanda diagnosticada. Após a fala de Ênio, o conselheiro Andrielle observou que o balanço de projetos PMIC apresentado nesta reunião pela SMC poderia ser reorganizado e reapresentado buscando melhor comparação dos percentuais de inscrição dos projetos por áreas. Este conselheiro, durante esta reunião se propôs a realizar esse trabalho de complemento ao balanço apresentado sendo então feito e analisado pela plenária. A partir da apresentação e análise do balanço alguns conselheiros manifestaram suas observações acerca do diagnóstico: a conselheira Beatriz Oliveira observou a necessidade de aumentar o percentual de recursos para o setorial de música diante da demanda de projetos inscritos por este setor; Mônica Debs analisa que ainda é precoce a alteração dos percentuais estabelecidos pelo CMPC no ano de 2016; o conselheiro Jemerson Carlos ponderou que houve diminuição do fomento à projetos institucionais da SMC que atendiam ao setorial de Dança o impactou também na diminuição da demanda de projetos apresentada por este setorial. Lobo Guimarães neste momento enquanto conselheiro representante do setor Audiovisual observou a atual distribuição dos recursos em que 9 áreas dividem 30% do recurso e que dos 70% restantes o setorial de música tem garantido 20%, enquanto as demais áreas têm parte de 10% ou 15% do recurso; portanto, Lobo observou a necessidade de ter um equilíbrio na distribuição entre as áreas. O conselheiro Robson Albuquerque se posicionou fazendo complementação à fala do conselheiro Lobo a respeito de que na divisão dos 30% para 9 áreas, isso representa 3% do recurso para essas áreas e que em 2016 o CMPC fez várias reuniões acerca dessa discussão; o conselheiro terminou sua fala ressaltando a importância de se estudar melhor os dados percentuais antes de alterações. Cristiano, membro do Setorial Audiovisual chamou atenção para a necessidade de detalhar não só os dados percentuais, mas, também, os dados que permitem uma avaliação qualitativa. O membro da CAS, Luciano, observou que deve-se ter o cuidado de não prejudicar uma área em detrimento de outras; salientou a importância de fortalecer e fomentar as áreas de menor expressão ou demanda e, em sua avaliação, o Setorial de Música já está bem representado com os 20% dos recursos. O conselheiro Júlio César ponderou a amplitude da música, considerando a música popular e a música erudita e observa que da forma como está ainda não atende a demanda de grupos que estão começando; para isso sugere pensar projetos de música erudita para escolas e área rural. A conselheira Leciane Medeiros lembrou do curto prazo para aprovar as diretrizes e que a alteração na Lei do PMIC (Lei 12.182 de Maio de 2015) ainda não foi aprovada; além disso, a última resolução é recente e acha prudente mantê-la. Maria Angélica, membro dos setoriais de Música e Literatura observa a necessidade de ocupar o espaço que já existe e ressalta a importância priorizar a igualdade na distribuição dos recursos de forma que as áreas possam crescer juntas e que possam ser reconhecidas assim como a música. Após essas manifestações dos conselheiros e membros dos setoriais o conselheiro Andrielle de Paula reapresentou o balanço dos projetos PMIC, feito pela SMC, com base em sua contribuição no cálculo comparativo dos dados dos últimos anos. A plenária fez nova análise do balanço e Lobo Guimarães enquanto Presidente encaminhou a votação acerca dos possíveis encaminhamentos: Encaminhamento nº1- manutenção da última resolução do CMPC emitida em 2016 acerca dos critérios e diretrizes do PMIC; Encaminhamento nº2 – realização de reunião ordinária para dar continuidade na análise do balanço percentual dos projetos PMIC. Votados, o Encaminhamento nº 1 foi aprovado com 14 votos a favor enquanto; o Encaminhamento nº 2 recebeu 4 votos a favor. Antes de finalizar esse ponto, Lobo Guimarães lembrou a SMC que ainda não foi repassada ao CMPC a última versão da Lei do PMIC com as propostas de alteração discutidas em Maio desse ano e que está em tramitação na Câmara; o presidente solicitou que o encaminhamento da Lei com as alterações propostas seja feito por e-mail aos

conselheiros. Aproximando-se do horário de término da reunião o presidente colocou em votação a discussão do sétimo ponto de pauta para ser discutido nessa reunião (proposta nº1) ou para ser discutido na próxima reunião ordinária desse conselho (proposta nº2). Com 16 votos a favor foi aprovada a proposta nº2 e houve uma abstenção. A reunião foi encerrando deliberando-se pela discussão do sétimo ponto dessa pauta na próxima reunião a ocorrer em 28 de Junho de 2017. Nada mais a relatar, eu, Laís Batista, relatora desta reunião, lavrei a presente Ata, a qual será enviada por e-mail aos conselheiros que compõe o CMPC e submetida à validação na próxima reunião ordinária.

**Vasco Luís Guimarães Lobo–Presidente**

**Laís Batista Costa - 2ªSecretária**